

NOVA CRISE NOS GRANDES LAGOS DA ÁFRICA CENTRAL: O SURGIMENTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AFRICANA?

New crisis in the Great Lakes of Central Africa: the advent
of the African World War Two?

Igor Castellano da Silva¹

Mamadou Alpha Diallo²

Assim como outros importantes eventos ocorridos no continente negro, a Guerra Mundial Africana é pouco conhecida no Brasil. Trata-se de um título alternativo para a Segunda Guerra do Congo (República Democrática do Congo - RDC), que passou a ser adotado de maneira ampla por acadêmicos e jornalistas que quiseram chamar a atenção para a magnitude do conflito em termos quantitativos e qualitativos. No primeiro caso, cumpre salientar que envolveu nove países africanos e levou à morte de mais de 3,8 milhões de pessoas. É, portanto, o conflito com o maior número de mortes desde a Segunda Guerra Mundial - quantidade esta que supera a população total do Uruguai ou a do vizinho, República do Congo (Congo-Brazzaville). Em termos qualitativos, o conflito representa o aumento do nível de competição interestatal na África no período pós-Guerra Fria, decorrente do vácuo deixado pela saída do competidor estratégico dos Estados Unidos no continente. Isso, aliado à crise econômica generalizada na década de

¹ Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS (PPGEEI/FCE/UFRGS), vinculado ao Centro de Estudos Brasil-África (CEBRÁFICA), e mestre em Ciência Política pela mesma universidade. É pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). E-mail: igor.castellano@gmail.com

² Doutorando em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS (PPGEEI/FCE/UFRGS), vinculado ao Centro de Estudos Brasil-África (CEBRÁFICA), e mestre em Ciência Política pela mesma universidade. É pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). E-mail: mmalpha2004@yahoo.fr

1980, à decorrente desestruturação da capacidade dos Estados africanos e o rearranjo de forças no nível estratégico (rivalidade franco-americana), levou a um barril de pólvora prestes a explodir.

Nos Grandes Lagos da África Central, o problema iniciou com o genocídio de Tutsi em Ruanda, em 1994, e a ascensão do grupo revanchista de Paul Kagame, apoiado por EUA, Uganda e Burundi. O quadro foi agravado com o fluxo de grupos armados ruandeses Hutu para o então Zaire, apoiados pelo presidente francófono Mobutu Sese Seko e a presença de forças rebeldes ugandesas, burundianas e angolanas no território do país. Foi então que explodiu a Primeira Guerra do Congo, caracterizada pela invasão das forças armadas (FAs) vizinhas ao Congo e legitimada pela rebelião articulada por Laurent Kabila. Entretanto, após a destituição de Mobutu em 1997, Kabila realizou uma inflexão nacionalista e rompeu com os antigos aliados ao expulsar do país tropas de Ruanda, Uganda e Burundi. Como os países vizinhos já lucravam com a pilhagem de recursos naturais congolezes (e.g. coltan, diamantes, ouro, cassiterita, cobre, cobalto) logo foi articulada uma nova invasão, legitimada pela criação de grupos *proxy* que defendiam, entre outras causas, o direito das populações de origem ruandesa que habitavam o país (sobretudo os Tutsi *Banyamulenge*). Os agressores não contavam, contudo, com o bloqueio de defesa articulado por L. Kabila, composto por forças angolanas, zimbabuanas e namibianas da SADC (*Southern African Development Community*), além de contingentes de Chade, Sudão e Líbia. Com a multiplicidade de forças e a divisão do território congolês em regiões onde ocorria a ampla pilhagem de recursos naturais, a guerra logo entrou em um impasse, resolvido por um acordo de paz mediado pela África do Sul e viabilizado pela ascensão de Joseph Kabila – filho de Laurent Kabila, assassinado em 2001.

Todavia, o fim apenas formal do conflito em 2003 e o estabelecimento de um governo de transição que incluía grupos rebeldes no governo, na burocracia e no exército não impediram a continuidade da violência. Houve após 2003 a continuidade de taxas de mortalidade estratosféricas (mais de 1,6 milhão desde o acordo de paz) e a multiplicação de grupos rebeldes que viam nas armas uma moeda de troca, um instrumento de barganha para obter inclusão política. Sua forma de atuação, assim como

a do novo exército que na prática é composto por bandos armados, baseia-se no ataque a populações locais e na utilização do estupro como arma de guerra. A presença da maior missão de paz exclusiva da ONU (a MONUC, hoje MONUSCO) e o estabelecimento de operações conjuntas com os vizinhos não tiveram sucesso em suprimir os principais grupos armados atuantes no país, nomeadamente o grupo Hutu ruandês *Forces Democratiques de Liberation du Rwanda* (FDLR) e o grupo ugandês de Josph Kony, *Lord's Resistance Army* (LRA).

Para além do quadro existente há quase uma década, eventos atuais geram temores de instabilidades regionais mais amplas. Trata-se do surgimento do grupo armado M23. Este é derivado do grupo armado CNDP (*Congrès National pour la Défense du Peuple*) de Laurent Nkunda – que havia surgido em 2006 no interior das FAs congoleesas para defender a causa dos *Banyamulenge* e caçar as FDLR com o apoio de Ruanda. Entretanto, acordos em 2008 entre RDC e Ruanda estabeleceram uma nova fase no relacionamento dos dois países e resultaram em operações militares conjuntas, na captura de Nkunda por autoridades ruandesas e na desmobilização do grupo com os Acordos de 23 de março de 2009. Os acordos previam a integração de tropas do CNDP no exército da RDC - o que, todavia, ocorreu de forma apenas parcial. O grupo manteve uma estrutura de comando e controle paralela, comandando operações contra as FLDR, a exploração de recursos naturais e o controle de grande parte das províncias de Kivu. Suas tropas eram lideradas por Bosco Ntaganda, ex-rebelde procurado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), acusado de crimes de guerra. Esse ponto acabou sendo explorado pelo presidente Joseph Kabila, candidato à reeleição em 2011, que viu na cruzada às redes paralelas do exército nos Kivu uma política que lhe renderia bons resultados eleitorais. Anunciou que redistribuiria os militares ex-CNDP para outras regiões do país e que entregaria Ntaganda para o TPI. A situação levou à ascensão, em abril de 2012, de um novo grupo armado formado por forças desmobilizadas nos acordos de 23 de Março (M23). Atualmente, o M23 se reúne em Rutshuru, nas proximidades de Goma (capital de Nord Kivu), seu principal alvo estratégico, e é liderado pelo General Bosco Ntaganda e pelo Coronel Sultani Makenga, ambos líderes no antigo CNDP. O grupo possui cerca de mil membros e é acusado de recrutar

soldados crianças e atacar, pilhar e estuprar populações civis locais – gerando um acúmulo de quase meio milhão de deslocados internos na região (OCHA, 2012; IRIN, 2011).

Para além dessas características, típicas na atuação de grupos armados no Congo, outro acontecimento gerou olhares atentos para a região: a divulgação de um relatório da ONU que acusa Ruanda de patrocinar a atuação do M23 (S/2012/348, 2012). O relatório reconheceu uma ajuda direta de alto-comissários ruandeses ao M23 – apoiando-o com armas, munições, amparo médico, inteligência, lobby político e recrutamento de combatentes. O país vizinho estaria, portanto, novamente atuando na desestabilização da RDC. A divulgação do relatório gerou acusações mútuas entre Kabila e Kagame e o receio da explosão de uma nova Guerra Mundial Africana. Mas seria essa possibilidade plausível?

Por um lado, a presença de atores globais pode, de fato, desestabilizar ainda mais a região. O neo-intervencionismo francês parece ter cessado com a queda de Nicolas Sarkozy e a ascensão de François Hollande. Essa política se baseava na utilização de crises humanitárias para estabelecer intervenções que garantiam a manutenção e a recuperação da presença francesa em regiões estratégicas da África, como no caso da Costa do Marfim e da Líbia. Todavia, Hollande não está de forma alguma desinteressado do continente. Sua presença em Kinshasa na 14ª Cúpula da Francofonia em outubro, a despeito dos rumores de seu boicote, parece buscar retomar alianças com a RDC e contrabalançar políticas autonomistas atualmente empreendidas por Joseph Kabila. O presidente congolês firmou em 2009 uma parceria com a China para a exploração de cobre e cobalto no leste do país. O acordo chega à monta de 9 bilhões de dólares, sendo chamado por alguns analistas de Plano Marshall da China para a África. Trata-se inclusive de algo muito mais significativo do que os vínculos estabelecidos entre Laurent Gbagbo e a China, que contribuiu para a destituição do presidente costa-marfinense por tropas francesas em 2011. Além disso, J. Kabila parece buscar estabelecer um contraponto à penetração de companhias petrolíferas anglo-francesas (Tullow e Total) na África Central, alinhando-se a parceiros italianos (amplamente prejudicados na guerra da Líbia) e sul-africanos na exploração de petróleo

da região dos Grandes Lagos. Encontra-se ali o maior campo de petróleo *on-shore* descoberto na África Subsaariana nos últimos 20 anos (Bennett, 2010).

O quadro fica ainda mais complexo quando se tem em mente a participação do AFRICOM em operações militares reais no continente com a guerra da Líbia e o recente envio de 100 assessores militares americanos para a África Central, com o objetivo declarado de auxiliar Uganda no combate ao LRA. A própria Uganda é recorrentemente acusada de penetrar em território congolês para caçar rebeldes ugandeses da ADF (*Allied Democratic Forces*) que ainda atuam no país vizinho desde meados da década de 1990 (All Africa, 2012). Além disso, o grupo armado burundiano de origem Hutu, FNL (*Forces nationales de libération*), voltou a atuar na RDC desde meados de 2010, realizando ataques a populações burundianas e Banyamulenge e incursões ao território do Burundi, gerando desconforto nas relações bilaterais entre RDC e Burundi.

Por outro lado, Kagame está isolado. Seu principal aliado extrarregional, o EUA, viu-se obrigado a sinalizar repúdio às ações de Ruanda, suspendendo parte de sua ajuda militar ao país. Não obstante a medida ter sido mais simbólica do que efetiva, foi acompanhada por gestos análogos da parte dos Países Baixos, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Suécia e da União Europeia. Em âmbito regional, Uganda parece estar receosa dos custos que uma nova guerra regional poderia lhe trazer, tendo em mente que já lidera a complexa operação da União Africana na Somália (AMISOM). Além disso, J. Kabila conta com o importante apoio de Angola, que já havia se disponibilizado em 2007 para mobilizar os 30 mil homens estabelecidos em Cabinda para a defesa do Congo em uma eventual invasão ruandesa (Stratfor, 2006). A própria SADC foi taxativa contra as ações de Ruanda no Congo - enviando uma missão diplomática para Kigali pedindo o fim do apoio ao M23. O secretário executivo da organização, Tomaz Salomão, afirmou na cúpula da organização realizada em Maputo em meados de agosto que a instabilidade atual no leste do Congo está sendo perpetrada com a assistência de Ruanda e que a SADC pede que o país “cesse imediatamente sua interferência que constitui uma grande ameaça à paz e estabilidade não apenas na RDC mas também em toda a região da SADC” (Mail & Guardian, 2012).

Apesar da retórica contundente dos aliados de Kabila, a improbabilidade de um novo grande conflito é vista nas conversações regionais da Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR). A Cúpula extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da ICGLR se reuniu em Uganda nos meses de agosto e setembro e passou a empreender esforços para o diálogo e a busca de soluções regionais para o problema.

No entanto, mesmo sem a explosão de uma guerra nas proporções da Segunda Guerra do Congo, como ficariam os conflitos atuais, que apesar de sua baixa intensidade, são capazes de gerar grande impacto humanitário?

A ICGLR trabalha desde os encontros de 7 e 8 agosto para a criação de uma força neutra de paz, mediante o trabalho de um comitê de ministros de defesa de sete países da Conferência (RDC, Ruanda, Angola, Burundi, Congo, Uganda e Tanzânia), encarregados de propor os passos para a supressão da violência no leste do Congo (planejamento de inteligência e contingente). Todavia, os progressos dos trabalhos do comitê parecem muito tímidos. De fato, é muito difícil que a proposta saia do papel, haja vista que a ideia de estabelecimento uma brigada regional já existe há alguns anos. Em outubro de 2010 houve um acordo para a criação de uma força regional permanente composta por tropas de RDC, Uganda, Sudão, e República Centro Africana para atuar, sobretudo, contra o LRA (GIACOPELLI, 2010). Todavia, a proposta ainda não saiu do papel. Além disso, os países da ICGLR envolvidos com a crise atual já não se mobilizaram para as reuniões seguintes da ICGLR.

Caso se concretize, o estabelecimento de uma brigada regional traz a perspectiva de que a integração regional tenha papel relevante para a solução de um conflito que, em sua origem, possui características regionais. O fortalecimento de mecanismos de diálogo, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural conjunto e a substituição de tarefas de paz comandadas por forças globais por outras organizadas por pelos próprios países que vivenciam o conflito parecem trazer uma solução de paz mais viável e sustentável no longo prazo.

Contudo, dois problemas ainda permanecem. (1) Os países da própria região parecem ainda lucrar com o conflito congolês. Em primeiro lugar, membros das FAs e dos governos vizinhos ainda têm envolvimento na exploração e no comércio ilegal de

recursos naturais do Congo. Isto ocorre nos momentos em que militares estrangeiros incursionam no território congolês ou mesmo pelo estabelecimento de redes que permitem o escoamento de recursos naturais ilegais para portos em Dar es Saalam e Nairóbi. Em segundo lugar os líderes de Uganda (Yoweri Museveni) e Ruanda (Kagame) têm nos conflitos regionais uma forma de legitimar os seus governos que já duram décadas. A existência de grupos opositores armados no território vizinho lhes possibilita justificar governos pouco comprometidos com liberdades civis e políticas.

(2) O segundo problema é que a integração do Congo com os países da região não será soberana enquanto elementos estruturais mínimos do Estado congolês não forem estabelecidos, como a sua capacidade de coerção interna (segurança) e externa (dissuasão de ações escusas dos vizinhos). Do contrário, a RDC terá pouco poder para influenciar os rumos da integração e permanecerá submetida à boa vontade e à compra de aliados que afiancem a sua proteção.

Parece que a viabilidade da solução regional e a superação do conflito de forma mais sustentável depende da superação de uma das causas da própria continuidade dos conflitos – a histórica incapacidade do Estado congolês em oferecer segurança e proteção à sua população. Em termos prioritários, teriam impactos estruturais programas de reforma do exército nacional do Congo que estabelecessem a dissolução de estruturas de comando paralelas e a construção de um corpo coeso, baseado na ideia de identidade nacional.

O modelo adotado por Angola na reconstrução do seu exército nacional no contexto pós-conflito civil pode trazer importantes ensinamentos. A reforma nas FAs angolanas possui atualmente cinco prioridades, a saber, (i) aumentar o profissionalismo das FAs, principalmente do exército; (ii) elevar a prontidão de combate dos soldados; (iii) incrementar a organização, o controle e o registro do pessoal e dos equipamentos; (iv) aumentar a imposição de disciplina; e (v) melhorar as condições de vida dos soldados e incrementar as taxas de alfabetismo entre os militares (Jane's, 2009:71). Esse modelo parece oferecer soluções para o problema de falta de disciplina, capacidade logística e espírito de corpo do exército congolês. Nesse âmbito, o próprio Brasil – que possui programas de cooperação técnico-militar com países africanos como Guiné-

Bissau, Namíbia e Benin – poderia oferecer contribuições para a criação de um modelo de reforma do setor de segurança menos tímido e atomizado do que o atualmente em voga no país. Este peca pela ausência de um projeto mais amplo (reforma de todo o exército) e integrado entre os diversos doadores e sofre pela carência de recursos internacionais para pagamento de militares e reestruturação de FAs (reaparelhamento). Enquanto isso a MONUSCO consome por ano mais de US\$ 1,4 bilhão dos cofres internacionais para a sua manutenção (A/C.5/66/17, 2012).

Para além da iniciativa louvável, mas ainda incerta, de criação de uma força tarefa regional, o estabelecimento de um verdadeiro exército nacional no Congo traria condições complementares para a supressão de grupos armados ainda atuantes no país; para a dissuasão da emergência de novos grupos e da penetração estrangeira; e para a inserção do país nos projetos de integração regional de forma mais soberana. Além disso, colaboraria com elementos não-militares de solução do conflito, contribuindo para a educação da população e para o estabelecimento de um sentido de identidade nacional e vertebrando as bases de uma burocracia nacional – base para o restabelecimento do próprio Estado nacional. Seria, este, um primeiro passo para a superação do fantasma da Guerra Mundial Africana.

REFERÊNCIAS

A/C.5/66/17 (2012). "Annex: Appropriation to be approved by the General Assembly for peacekeeping operations for the period from 1 July 2012 to 30 June 2013". **Administrative and budgetary aspects of the financing of the United Nations peacekeeping operations.** United Nations, 12/06/2012.

JANE`S (2009). **JANE`S Country Profile:** Angola. Acervo do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), Compilação de 2009.

GIACOPELLI, Daniel C. (2010). Regional Military Force Established to Crack Down on Lord's Resistance Army. **ISN news**, 19/10/2010. Disponível em:

<<http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/ISN-Insights/Detail?lng=en&id=122799&contextid734=122799&contextid735=122801&tabid=122801>>. Acesso em: 04/10/2012.

MAIL & GUARDIAN (2012). **SADC slams Rwanda for DRC 'interference**. 19/08/2012. Disponível em: <<http://mg.co.za/article/2012-08-19-sadc-slams-rwanda-for-drc-interference/>>. Acesso em: 04/10/2012.

STRAFOR (2006). Angola: Ready to Intervene in the DRC for Kabila 18 de agosto. **STRATFOR**. Disponível em: <http://www.stratfor.com/memberships/41075/angola_ready_intervene_drc_kabila>. Acesso em: 04/10/2012.

ALL AFRICA (2012a). Uganda: UPDF Not in DR Congo, Says Gen. Aronda. **New Vision**, 31/07/2012. Disponível em : <<http://allafrica.com/stories/201208020107.html>>. Acesso em: 04/10/2012.

ALL AFRICA (2012b). Congo-Kinshasa: UN Refugee Agency Condemns 'Rampant Abuse' of Civilians. **UN News**, 27/07/2012. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201207271283.html>>. Acesso em: 04/09/2012.

BENNETT, Jody Ray (2010). Uganda's Oil Opportunity. **Oil Price**. 13/06/2010. Disponível em <<http://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Ugandas-Oil-Opportunity.html>>. Acesso em: 04/10/2012.

OCHA (2012). Democratic Republic of Congo: North Kivu. **UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs**, Situation Report No. 2, 20/07/2012.

S/2012/348 (2012).). Interim report of the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo. **United Nations**, 21/06/2012.

Artigo recebido dia 07 de outubro de 2012. Aprovado em 10 de janeiro de 2013.

RESUMO

Uma nova crise na África Central surgiu recentemente, envolvendo a ascensão de um grupo armado congolês acusado de ser apoiado por Ruanda. A crise traz temores da explosão de uma nova conflagração nas proporções da chamada Guerra Mundial Africana. O artigo discute a crise e seus possíveis desfechos e soluções.

PALAVRAS-CHAVE

Guerra Mundial Africana, República Democrática do Congo, M23

ABSTRACT

A new crisis in Central Africa has recently emerged, involving the rise of a Congolese armed group accused of being supported by Rwanda. The crisis brings fears of the outbreak of a new conflagration in the proportions of the so-called Africa's World War. The article discusses the crisis and its possible outcomes and solutions.

KEYWORDS

Africa's World War, Democratic Republic of Congo, M23.